

A dimensão política de Brasília

Vera Chaia
Miguel Chaia

Resumo

O texto apresenta uma abordagem política do significado histórico de uma cidade, com o foco voltado para Brasília. A nova capital federal é analisada em função das diferentes políticas implementadas pelos governos brasileiros, a partir de Juscelino Kubitschek, passando pelo regime militar e alcançando o processo de transição democrática. Algumas idéias servem de parâmetro analítico para abordar a dimensão política de Brasília, como, por exemplo, desenvolvimento econômico, unidade territorial e nacional, isolamento urbano e autoritarismo, utopia realizada, espaço urbano como cenário político.

Palavras chaves: urbanismo e política; planejamento urbano; Brasília; cidade e governo; capital federal

Abstract

This article presents a political approach to the historical meaning of a city, having Brasília in the spotlight. The new federal capital is examined due to the role it played in the implementation of different policies by diverse Brazilian governments, from Juscelino Kubitschek's period up to the democratic transition process. Some ideas are used as an analytical parameter to approach the political dimension of Brasília, as for example, economic development, national and territorial unit, urban isolation and authoritarianism, realized utopia, and urban space as political scenario.

Keywords: *urbanism and politics; urban planning; Brasília; city and government; federal capital.*

Muitos são os tipos de cidades. Existem desde aquelas que florescem espontaneamente no lento fluxo da história até as que são levantadas imediatamente pela vontade construtora do homem. Brasília é uma cidade cuja origem encontra-se na artificialidade da política, nasceu de um projeto visionário do governante Juscelino Kubitschek de Oliveira e se materializou pelo plano arquitetônico e urbanístico de Oscar Niemeyer e Lucio Costa. Assim como a política foi uma invenção iniciada pelos gregos, Brasília é um projeto inventado por alguns homens que agem no interior de instáveis relações de forças. Não é à toa que, entre as diferentes noções de política, destaca-se aquela que a vincula com o termo grego polis (*politikós*), “que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social” (Bobbio, 1986, p. 954). Nesse sentido a retomada do projeto de uma nova capital brasileira constituiu-se num significativo trunfo político para o governo Kubitschek que, na retórica populista de “crescer cinqüenta anos em cinco”, incorporou o entusiasmo coletivo nacional. E, desde sua inauguração, em 1960, a cidade vem enfrentando diferentes conjunturas políticas, refletindo a história do país.

A cidade, a unidade territorial e a centralização do poder

Nicolo Maquiavel, em “Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio”, chama a atenção para o fato de que as cidades e, portanto, Estados e Impérios são marcados

pela sua “origem”, isto é, a maneira como se dá a fundação de uma cidade imprime-lhe sua natureza histórica. Assim, ao analisar os motivos das grandezas e da decadência de Roma, Maquiavel trata das cidades que “os habitantes, espontaneamente ou movidos pela tribo de maior autoridade, decidem habitar em conjunto” (Maquiavel, 1979, p. 20) e das cidades “construídas por um príncipe, não com o propósito de ali fixar residência, mas exclusivamente para a sua glória, como dá exemplo a cidade de Alexandria, estabelecida por Alexandre” (ibid., p. 20). No caso de Brasília, temos o envolvimento de um sujeito construtor respaldado pela idéia de uma nova capital que vem atravessando a história brasileira desde a Independência. Se o projeto de Juscelino concretiza-se no início da década de 60, os antecedentes do ideário de uma nova capital vem de longe: Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Vernhagen, já cogitara uma cidade no planalto central do país; José Bonifácio de Andrada, o Patriarca da Independência, em 1823, indica a necessidade da cidade; a Constituição de 1891 registra a fundação de uma nova capital; e, inclusive, sob o governo de Getúlio Vargas foi indicado um local indeterminado no planalto central para alocar a nova capital do país.¹

Brasília emerge, assim, de um longo processo de afirmação do ideal de integração territorial e político do país, que se inicia no período colonial, com a fuga da família imperial de Portugal e a instalação da Corte de D. João VI no Brasil, atravessa o Império, cuja política está calcada na proposta da centralização política pelo Poder Moderador e expresso na primeira Constituição Brasileira (outorgada) e alcança a República, principalmente com o Estado Novo (1937-1945), quando Getúlio Vargas impõe a centralização

política como estratégia de controle governamental. Brasília, nesse sentido, realiza não só a utopia da nova cidade e do novo país, mas também encarna o andamento efetivo do projeto de integridade territorial e de integração nacional do país, ante o esfacelamento da unidade experimentada pela América espanhola. Brasília ganha reatualização histórica ao ser incorporada como um elemento fundamental no modelo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

Dessa forma, interessa abordar neste artigo os componentes políticos que motivaram a criação de Brasília e marcaram algumas fases do seu crescimento urbano. Se num primeiro momento a cidade é pensada como conseqüência de uma determinada política de crescimento econômico, em outra etapa histórica a cidade torna-se um território fértil para viabilizar os governos militares. Assim, no final dos anos 50 e início dos anos 60, Brasília emerge como expressão de um novo olhar político sobre a unidade nacional, já no final da década de 1960 e na década de 1970, a nova capital federal constitui-se em espaço facilitador de utilização de técnicas governamentais autoritárias dos regimes militares.

O nacional-desenvolvimentismo é uma política que se instaura solidamente no Brasil, sob o governo de JK, enfatizando a criação de um parque industrial, formação do mercado interno e o vínculo com o capital internacional: os ingredientes considerados necessários para realizar o crescimento econômico do país. Juscelino Kubitschek implanta uma “experiência (que) resultou num governo politicamente estável, apesar de marcado por crises militares no começo e no fim do período” (Benevides, 2002, p. 23). Buscando neutralizar resquícios de crises políticas e

militares anteriores, bem como aquelas que brotavam na sua gestão, a política desenvolvimentista de Juscelino incentivou não só a mobilização de recursos humanos e financeiros, mas também o apoio popular. Nesse sentido, Juscelino afirma enfaticamente a instauração do “novo” e a aceleração do tempo político ao propor o desenvolvimento de cinco décadas durante o seu governo. Brasília será a síntese perfeita desses objetivos. Uma nova capital como símbolo de um novo governo, de um novo começo e de uma nova nação.

Brasília é o projeto político composto por múltiplas facetas: incorpora o entusiasmo coletivo nacional; dinamiza o fluxo dos imigrantes trabalhadores agora atraídos pela construção da cidade; direciona a vontade construtora de intelectuais e artistas; e inclui na vida brasileira a sinalização de um futuro país mais justo e mais rico. Juscelino emerge como o governante que propõe romper com os modelos do passado e potencializar o país para ingressar numa etapa moderna. Kubitschek arma um grande lance político ao colocar a ação governamental em torno de um “novo começo”, identificando seu governo com o esforço para construir de maneira particular o espaço público, traduzindo a construção de uma nacionalidade cosmopolita e equiparável a parâmetros internacionais. No interior desse dinâmico movimento político pensado por Juscelino, Brasília é pedra fundamental, idéia nacionalista que convive com as agitações culturais e ideológicas do período personificadas pelo Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), CPC (Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes) e pelo ritmo da Bossa Nova.

A estratégia política de JK, portadora de um otimismo inovador, reflete-se no âmbito das áreas da arte e da política, à medida que

[...] sem ignorar a relação ambivalente e, por vezes precária, existente entre estética, técnica e política, torna-se necessário refletir sobre o convívio da industrialização com a vanguarda artística promovida pelo discurso modernizador de Kubitschek. A arquitetura, em escala bem maior do que outras manifestações culturais representaram para o governo, uma maneira visível e popular de novamente redefinir os conceitos de território e de apropriação na era moderna. (Souza, 2002, p. 109)

Assim, o governo de JK irá surgir como sensível às manifestações populares e como articulador das expressões e desejos culturais engendrados por diferentes intelectuais, assumindo então a tarefa modernista de projetar uma nova capital. Deve ser ressaltada a maneira eficiente que levou JK a se apropriar da arquitetura tendo em vista armar uma estratégia geopolítica para o país.

Tal eficiência deve-se muito ao governante, mas também à sua agremiação política. O PSD (Partido Social Democrata) foi o partido de Juscelino Kubitschek e que se caracterizou como um partido de centro, sempre buscando a “conciliação e moderação” (Hippolito, 1985) e o equilíbrio e era marcado por membros e lideranças com experiência e, segundo analistas, com competência administrativa. Durante o governo de Juscelino, o PSD teve uma posição de centro e ajudou a promover e preservar uma estabilidade política, estabelecendo alianças com a UDN (União Democrática Nacional), com o PSP (Partido Social Progressista) e com o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Entretanto, o PSD, diferentemente de outros momentos de crise na história política,

não conseguiu administrar a crise de 1964, pois a conjuntura política era outra, com um sistema partidário polarizado, estando o próprio partido fragmentado, sem possibilidade de gerenciar os conflitos que marcaram aquele período pré-golpe.

Após nove meses da inauguração de Brasília, Jânio Quadros assumiu a Presidência da República, no dia 31 de janeiro de 1961. Na Praça dos Três Poderes, Juscelino Kubitschek passou oficialmente o cargo para Jânio Quadros. Na festa de posse do novo governo compareceram 1.500 pessoas vindas de várias partes do Brasil, mas eram oriundas, na sua maioria, de São Paulo, local político do novo governante. Nesse momento da posse, Brasília tornou-se um radiante pólo político, repetindo a festa de sua inauguração. A cidade atrai, então, a atenção do país.

Interregno: entre o isolamento local e outros palcos nacionais

A cerimônia de transmissão do cargo não foi tranqüila, pois Juscelino havia sido informado que Jânio Quadros faria um pronunciamento extremamente crítico ao seu governo. Entretanto, as críticas ao governo de Juscelino somente aconteceram quando Jânio Quadros fez um pronunciamento em cadeia nacional de rádio, no programa *Hora do Brasil*. O novo presidente acusou Kubitschek de privilegiar certos grupos econômicos e políticos e de ter aumentado a dívida externa do país, dentre outros aspectos. E a cidade de Brasília era considerada um dos fatores importante desse endividamento do país.

A primeira reação de Jânio Quadros ao se estabelecer em Brasília foi a de reclamar de seu isolamento na cidade; afinal, essa liderança surgiu em São Paulo, e toda carreira política (prefeito, deputado estadual e governador) foi construída na movimentada São Paulo. Jânio não conhecia as lideranças mais importantes em outros estados da federação brasileira, seus interlocutores eram políticos de São Paulo e ele tinha pouca familiaridade com o Congresso Nacional, que havia sido composto em outro período eleitoral. Tais fatores fizeram com que Jânio Quadros se sentisse estranho e deslocado em Brasília. Tanto que escreveu ao diretor geral do Departamento de Correios e Telégrafos o seguinte ofício:

“Senhor diretor-geral:

Tenho notícias de que carta ou cartas dirigidas a mim foram restituídas à origem por não conhecerem, os agentes do Correio, o meu endereço. Fico sabendo agora, que o mesmo sucedeu com o Sr. Oscar Niemeyer.

Admito que os servidores ignorem quem somos e onde moramos, mas sugiro que V. Excelência recomendar, nesses casos e em casos semelhantes, interesse maior dos servidores na identificação e localização dos destinatários.

J. Quadros”.

(*O Estado de S. Paulo*, de 6/7/1961).

Essa carta, com forte sentido irônico, reforça a indignação e apreensão com relação ao seu isolamento em Brasília.

Quando foi prefeito da cidade de São Paulo, Jânio Quadros adotou um estilo de liderança política que o aproximava de setores da população; ele percorria os bairros

da cidade para conhecer seus problemas e, quando governador, costumava percorrer as diferentes regiões e cidades do estado de São Paulo. Agora, como presidente, resolveu adotar uma prática semelhante: invento o “governo itinerante”, que consistia em passar oito dias em cada estado brasileiro. Assim, ao invés de permanecer em Brasília, criou uma nova maneira de conhecer os problemas dos diferentes estados da federação e com essa medida promoveu uma maior centralização do poder em suas mãos (Chaia, 1991, pp. 204-208). Pode-se dizer que, com o governo itinerante, Jânio Quadros retirou, parcialmente, as funções de capital federal de Brasília.

Ao renunciar, em 24 de agosto de 1961, depois de permanecer no poder somente por seis meses, afirmou, ao sair de Brasília: “Maldita cidade! Ajude-me Deus a nunca mais precisar voltar a este inferno!” (*A Tribuna*, de 27/8/1961).

Por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, seu vice, João Goulart encontrava-se em missão diplomática na China e, de imediato, os militares colocaram obstáculos à sua posse na Presidência da República e, dessa forma, armaram uma séria crise política. Para defender a posse de Goulart, foi organizado um amplo movimento, liderado por Leonel Brizola, então governador do estado do Rio Grande do Sul. A frente Legalista conseguiu apoio de amplos setores da população e de alguns setores expressivos das Forças Armadas. Nessa crise de sucessão, o palco dos acontecimentos não se deu em Brasília, mas sim em outras regiões do país.

Para assumir a Presidência, foi negociada no Congresso Nacional uma emenda instituindo um sistema parlamentarista e o Primeiro Ministro, que faz parte do governo de

Goulart, foi Tancredo Neves, político mineiro do PSD. Esse sistema vigorou até janeiro de 1963, quando se realizou um plebiscito para que os eleitores brasileiros se manifestassem contra ou a favor da preservação do Parlamentarismo, vencendo a volta ao regime Presidencialista.

O governo Goulart formulou e tentou colocar em prática uma política econômica planejada, sintetizada no Plano Trienal. Os pontos mais importantes desse plano eram a manutenção da taxa de crescimento do produto, a redução da inflação e das desigualdades regionais e a melhor distribuição de renda. Para sensibilizar a opinião pública, o governo fez uma campanha a favor das reformas de base (agrária, bancária, fiscal, administrativa) e da política externa independente. A reforma agrária adquiriu uma preeminência sobre as outras reformas e encontrou fortes resistências em vários setores da sociedade brasileira.

Goulart enfrentou oposição ao seu governo no Congresso Nacional, principalmente através das ações da UDN (União Democrática Nacional), que emperrou o andamento de vários projetos enviados pelo Executivo, além de encontrar resistências no interior das Forças Armadas. Por adotar uma política nacionalista, sofreu represálias por parte dos Estados Unidos e de outros países que desaprovavam tal política. Vários segmentos que se opunham ao seu governo se organizaram para depô-lo e assumir o poder do Estado. No dia 31 de março de 1964 João Goulart foi deposto por um golpe militar.

As grandes manifestações contra o governo de Jango ocorreram em cidades no eixo Rio/São Paulo. A primeira manifestação, "Marcha da Família, com Deus, Liberdade", foi convocada por setores conservadores e

anticomunistas da sociedade brasileira, como a União Cívica Feminina, Sociedade Rural Brasileira, dentre outros, e foi realizada em São Paulo, sob a liderança de D. Leonor de Barros, mulher do então governador Adhemar de Barros, liderança política do PSP. O Ipês (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), criados pelos setores mais conservadores e com apoio dos Estados Unidos, também fizeram uma oposição ferrenha ao governo de João Goulart.

João Goulart, por sua vez, realizou, no dia 13 de março de 1964, um grande Comício na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, convocando o povo a apoiar as reformas de base, propagadas pelo seu governo. A anterior capital federal demonstrava ainda sua vitalidade política. Nessa mesma cidade teve lugar um motim dos marinheiros, que se rebelaram contra as condições de trabalho a que eram submetidos por seus superiores. Os marinheiros rebeldes são presos e logo a seguir Jango manda soltá-los, provocando uma reação crítica das Forças Armadas e, principalmente, dos almirantes da Marinha Brasileira.

A destituição de João Goulart estava sendo articulada pelas Forças Armadas, com apoio dos governadores de São Paulo, Adhemar de Barros, e de Minas Gerais, Magalhães Pinto, com a presença da CIA americana e outros políticos como Carlos Lacerda, ex-governador do estado do Rio de Janeiro.

Na madrugada de 31 de março de 1964 tanques do Exército ocupam o estado da Guanabara e, no dia 1º de abril, a zona sul da cidade do Rio de Janeiro também é tomada. João Goulart, ao saber das manobras militares que estavam ocorrendo nos estados de Minas Gerais e São Paulo, viaja para Brasília, que não oferecia segurança ao presidente, por

ser vulnerável às manobras militares. Goulart partiu então para Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Logo após a sua saída de Brasília, o presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade, do PTN (Partido Trabalhista Nacional), opositor de Jango, declara vaga a Presidência da República e o acusa de deixar a nação acéfala, homologando com essa decisão o golpe militar. Ocorreram reações a favor do presidente, mas a então oposição conseguiu seu feito: destituir João Goulart da presidência do Brasil.

Durante essa crise de sucessão, Brasília não foi palco de grandes manifestações, como as que ocorreram no eixo RJ-SP. Ainda é uma cidade incipiente, formada “compulsoriamente” por funcionários públicos e políticos e, naquele período, ainda sem vida e sem ramificações na sociedade de grupos políticos. Assim, seu espaço urbano não servia, ainda, para as explosões cívicas ou manifestações pontuais, mas o seu asséptico espaço urbano facilitava manifestações militares. Aliás, esse isolamento de Brasília que, paradoxalmente, fora criada para integrar o país, atravessa a sua história desde JK, passando por Jânio Quadros, e torna-se um relevante fator para a implantação dos regimes militares pós-64.

Brasília será portadora não apenas da monumentalidade que se verifica no movimento moderno desde os anos 30 e na construção das grandes obras estatais do Estado Novo, mas, paradoxalmente, também será solução para a difícil governabilidade do período que emperrava o dia-a-dia da política. Para Ronaldo Costa Couto, JK

[...] queria seu governo bem longe do Rio o mais depressa possível. Sensibilidade, argúcia e instinto político. Trauma e lições do drama de Vargas,

consciência de vulnerabilidade, cenário de ingovernabilidade. Precisava fugir daquela atmosfera de agitação e golpismo. E desgrudar o Brasil do litoral: “Não é possível que cinquenta cidadãos na capital da República estejam a inquietar e a ameaçar cinquenta milhões de brasileiros”. (Couto, 2001, p. 20)

Essa última frase citada e dita por Juscelino indica como o seu governo estava exposto, no Rio de Janeiro, às crises políticas provocadas por militares, partidos políticos opositores e grupos organizados. A mudança da capital para o interior inabitado tornou-se também uma estratégia de defesa contra oposições aguerridas e tentativas intervencionistas ou golpistas.

Brasília: uma utopia autoritária realizada

Pode-se dizer que a dimensão política de Brasília exacerba-se ao se constatar que a nova capital não apenas faz parte de um modelo de desenvolvimento, mas também foi pensada como um instrumento de isolamento político, um espaço protegido para o desempenho governamental. A localização da cidade, sua concepção arquitetônica e o plano urbanístico são pistas que indicam vários tipos de isolamento, principalmente o geopolítico. Brasília é uma parte à parte do restante do país. Aliás, tais características antecipam sua funcionalidade para servir aos regimes autoritários como os que seguem ao golpe de 1964. Paradoxalmente, a estratégia de transferir a capital da agitada Rio de Janeiro para o isolado Planalto Central não surtiu o

efeito de anteparo de golpes, como imaginava Juscelino. Quatro anos depois da sua inauguração, um golpe militar rompe com a legalidade institucional.

Brasília aparece, então, como a utopia antecipadora dos governos militares, pois permitiu ampliar a centralização política, o isolacionismo e a separação da sociedade civil e a sociedade política no país. A nova capital se metamorfoseou, tornando-se um elemento facilitador para a ditadura militar. Como cidade incipiente que era, não engendrou um espaço público vitalizado, caracterizando-se por ser habitada por políticos profissionais, tecnocratas e funcionários públicos que eram incentivados de diferentes maneiras para se transferirem para a recém-construída capital.

Brasília é fruto da racionalidade, organização e cálculo que atravessavam a política implantada no período. Seu projeto arquitetônico rompe com a tradição barroca brasileira, instaurando a ruptura da modernidade. Essa cidade não segue a tendência da colonização portuguesa, de fundar cidades desorganizadas originadas pelos “semeadores”, em oposição às cidades organizadas dos “ladrilhadores” da colonização espanhola (Holanda, 1981).

Os governos militares ocupam gradativamente a nova capital. Ronaldo Costa Couto (2001, pp. 289-291) relata que o general Médici (1970-1974) foi o primeiro a governar exclusivamente de Brasília, consolidando assim a capital federal. Se os anteriores governos militares, de Castello Branco e Arthur da Costa e Silva, não se estabeleceram na totalidade do tempo na cidade, os governantes militares posteriores a Emilio Garrastazu Médici (Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo) assumem definitivamente a capital como sede do governo.

As características do autoritarismo implantado no Brasil pós-1964 iriam ao encontro das peculiaridades encontradas na então incipiente cidade de Brasília: controle da mobilização; pluralismo limitado e estabelecido pelos governos militares; e poder exercido por um líder ou um grupo político, expresso pelos militares no poder. No caso específico da mobilização política, pode-se afirmar que essa mobilização é baixa, limitada, ocorrendo uma “despolitização da massa de cidadãos” (Linz, 1973), que são chamados à participação somente em momentos cruciais do regime político. Esse regime não possui um elemento utópico, tende a reduzir a política à administração dos interesses públicos.

O primeiro presidente militar a assumir o cargo foi o marechal Umberto Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército e que recebeu apoio dos líderes civis e militares que atuaram no movimento para derrubar João Goulart do poder. Ele foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional a 11 de abril de 1964, adotando as seguintes decisões: cassação dos direitos políticos de diferentes setores da oposição, inclusive de militares simpatizantes de João Goulart; política estrita de estabilização e desenvolvimento; determinação de manter uma imagem de “legitimidade democrática” no mandato presidencial, defendendo um mandato fixo e sem possibilidade de reeleição.

Castello Branco também adotou uma política externa anticomunista, estabelecendo fortes vínculos com os Estados Unidos, além de apoiar um sistema de empresa semi-livre, apoiado e orientado por um governo central fortalecido. Defendeu uma democracia tutelada e enfatizou a possibilidade da adoção de soluções “realistas e técnicas”. Nesse momento, justapõem-se o intenso sentido de

ordenamento da metrópole modernista e a racionalidade técnica-administrativa do governo militar.

O Ato Institucional n. 2 aboliu o sistema pluripartidário, instituindo o bipartidarismo, com a criação do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), formado por políticos que fizeram oposição ao golpe de 64, e a Arena (Aliança Renovadora Nacional), formada por políticos governistas. Havia, portanto, uma vida política consentida e implantada pelo governo militar.

Brasília era, naquele momento, palco de manobras militares, de desfiles comemorativos, mas não de manifestações populares, proibidas pelo regime militar. Um cenário urbano propício para as manifestações dos fechados costumes e rituais militares.

O marechal Arthur da Costa e Silva elege-se presidente da República do Brasil em outubro de 1966, pelo Congresso Nacional, através da eleição indireta, pois fora suprimido o direito de voto do povo brasileiro. Logo após a sua eleição, ocorre uma reativação da discussão política, com grupos políticos oposicionistas se rearticulando e promovendo manifestações contra o regime militar. A UNE (União Nacional dos Estudantes) organiza grandes passeatas e, no dia 28 de março de 1968, seria realizada uma manifestação no Rio de Janeiro, e ela será reprimida por forças policiais; um estudante, Edson Luís Lima Souto, será morto no restaurante universitário Calabouço e sua morte se transformará numa bandeira de luta contra o regime militar brasileiro. Brasília parecia separada das dinâmicas e tumultuadas mobilizações que ocorriam na antiga capital federal, em São Paulo e em Minas Gerais.

O movimento operário se reorganiza e, em abril e julho de 1968, irão ocorrer as

primeiras greves operárias no meio sindical nas cidades de Contagem, em Minas Gerais, e em Osasco, em São Paulo. Uma parcela do movimento de esquerda se organiza e passa a confrontar as Forças Armadas e o movimento armado, destacando-se nessa luta as organizações ALN (Aliança de Libertação Nacional), liderada por Carlos Mariguella, VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), AP (Ação Popular) e o PC do B (Partido Comunista do Brasil), entre outras.

Por sua vez, a Igreja Católica muda sua postura ante o golpe militar. Se antes deu apoio à derrubada de João Goulart, após o Concílio Vaticano II e a Conferência Geral realizada pelo Episcopado da América Latina na cidade de Medellín, na Colômbia, adota a Teologia da Libertação, que vê a história e a teologia pela ótica dos pobres e oprimidos, e assume uma resistência ao regime militar, apoiando e incentivando os movimentos populares.

O governo de Costa e Silva, após um confronto direto com as manifestações de vários segmentos da sociedade brasileira – e após o caso Márcio Moreira Alves, deputado federal do MDB que fez uma declaração considerada ofensiva aos militares e que por ter imunidade parlamentar não pode ser processado –, edita, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5, que fechou ainda mais o governo, ampliando o autoritarismo, a repressão e reduzindo radicalmente o uso do espaço público.

A democracia relativizada

De modo geral, o caso do militarismo brasileiro é caracterizado como caso único, *sui generis*, pois, diferentemente de outros regimes

autoritários instaurados na América Latina, não possuiu características estáveis e definitivas. Nesse sentido, Carlos Estevam Martins e Sebastião Velasco e Cruz indicaram que esse regime autoritário possuía um alto poder de transmutação, ocorrendo um processo de constante reestruturação do regime, expresso através de sucessivas alterações em algumas de suas esferas (Martins e Cruz, 1983), portando dois aspectos aparentemente contraditórios: a “durabilidade”, isto é, continuidade de 21 anos dos militares no poder, sem promover alternância entre governo e oposição; a “mutabilidade”, isto é, constantes transfigurações promovendo ora a liberalização, ora vigorando a repressão. O regime autoritário brasileiro conseguiu manter-se durante todo esse período exatamente pela capacidade de jogar com esses dois aspectos, conseguindo assim viabilizar por maior tempo a conservação do poder político nas mãos do grupo militar.

Quanto à diversidade verificada na trama de relação entre diferentes tipos de poder, pode-se dizer que o autoritarismo brasileiro foi um sistema híbrido, pois atendeu aos interesses do capital oligopólio, representado pelas empresas multinacionais, fortalecendo ao mesmo tempo a empresa pública e ampliando a área decisória do governo e sua capacidade de controle sobre a sociedade civil. O Estado brasileiro fortaleceu-se às custas da sociedade civil, expandindo suas atividades e exercendo seu papel disciplinador e repressor. A coesão interna ao poder, baseou-se então num “pacto de dominação” com a participação de funcionários públicos, com “burguesia de Estado”, com o grande empresariado privado e com setores das “novas classes médias” (Cardoso, 1975). Esse pacto se alternou de acordo com as especificidades dos governos

militares e com as políticas econômicas adotadas pelos diferentes governantes.

Sustentando uma tradição política brasileira de difícil equilíbrio entre os três poderes, no regime autoritário, o Poder Executivo manteve a preponderância sobre o Legislativo e o Judiciário. Intensificando tal tendência, os militares governaram fazendo uso constante dos decretos-leis, além de baixarem atos institucionais e alterarem as regras do jogo eleitoral segundo as conveniências do poder central. Predominou, dessa forma, o casuísmo e o controle da participação política – então restrita a certos grupos e instituições, delimitados pelos próprios governantes. Portanto, o pluralismo foi limitado e a exclusão política foi uma constante, reduzindo ou eliminando os espaços políticos possíveis a oposições ou críticos do governo.

No caso específico do Brasil, a questão da transição começou a ser discutida nos meados dos anos 70, com o processo de liberalização promovido pelo governo Geisel. A transição era entendida, de forma geral, como processo gradual rumo à democracia, com permanência de traços do regime anterior e criando condições de confrontos e lutas entre atores políticos diversos. Dada a sua conceituação polêmica e a sua efetivação histórica, por vezes, contestada como tal, cabe perguntar: afinal, quais são as forças desencadeadoras desses processos de transição e quando se pode afirmar que a transição foi concluída?

O denominado processo de abertura política coincide com a crise econômica gerada pelo endividamento do governo anterior – do general Emílio Garrastazu Médici – e pela crise internacional gerada pelo aumento do preço do barril do petróleo, associada à falência do “milagre econômico brasileiro”. Tal ce-

nário gera, conseqüentemente, desemprego e até mesmo um estremecimento de relações entre a burguesia nacional e a internacional, ante o processo crescente de estatização.

Conjugado a esses fatores, destaca-se a crise de legitimidade do próprio regime militar, tanto que, como um significativo sinal de questionamento desse regime, compreende-se o processo eleitoral de 1974, que acabou por se constituir em um plebiscito, em que os governos militares foram julgados negativamente. Naquela conjuntura política, o grande vencedor foi o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que se transformou, legitimamente, no partido da oposição.

Também se destaca como condicionante da abertura política o posicionamento de determinados setores das Forças Armadas, ligados ao castelismo, que optaram por promover esse processo de liberalização visando recuperar o controle sobre as forças militares (Stepan, 1986), uma vez que proliferavam serviços secretos e aparatos paramilitares, sem o consentimento do poder central. O então presidente general Ernesto Geisel, na verdade, preparava a saída dos militares do poder, de forma planejada, objetivando não prejudicar a imagem dos militares, evitando assim o que ocorrera em processos semelhantes em outros países da América Latina, onde a imagem dos militares saíria extremamente desgastada.

Associado a todos esses fatores, ainda devem ser relevadas a organização e a pressão da sociedade civil brasileira sobre o regime militar, o que, significativamente, também possibilitou o aceleração do processo de abertura política, viabilizada com graves problemas que indicavam retrocessos e ganhos que levavam a avanços durante o governo do general João Batista Figueiredo, o último

representante dos militares no poder. E nesse processo de formação de uma nova onda de resistência e de crítica ao governo militar, Brasília irá se destacar gradativamente como espaço de manifestação popular.

Em síntese, durante a década de 1970 e começo da de 1980, caracterizou-se o regime autoritário brasileiro como um regime que fortaleceu o Estado, promoveu um projeto de desenvolvimento econômico visando favorecer as empresas multinacionais e a burocracia estatal, excluiu amplos setores da sociedade, limitou a participação política, controlou as ações do Legislativo e Judiciário e – nesse quadro assim configurado – pode-se indagar ainda quais foram os traços autoritários que permaneceram nesse processo de transição – já que, como se assinalou anteriormente, o processo representou avanços, mas também manteve traços anteriores.

Deve-se avaliar as especificidades da transição brasileira tendo em vista melhor definir a transição política. Embora o país tenha passado de um governo militar para um governo civil, com a eleição indireta da chapa Tancredo Neves/José Sarney, observou-se que a presença dos militares no governo Sarney foi uma constante. Esse grupo preservou suas prerrogativas (Stepan, 1988) e se manteve no novo contexto político da democratização. Isso se tornou possível porque os militares controlaram todo o processo de transição, negociando, regulando e alterando as regras do jogo político, uma constante preocupação de manter as rédeas desse processo tornado “lento, gradual e seguro”.

Um outro aspecto que ainda caracterizou essa transição diz respeito à presença de atores marcadamente autoritários que se transmutaram em democráticos. Ou seja, o processo de democratização teve à sua frente

atores que vivenciaram todas as vantagens que o poder propiciou e, como camaleões, eles se adaptaram às novas circunstâncias e se incorporaram ao sistema político. Isso implicou a preservação e ampliação de práticas políticas perversas, como a clientelística, o nepotismo, a corrupção, a manipulação e a apropriação da “coisa pública”.

A cidade como espaço de novas tensões

Brasília torna-se cada vez mais um lócus significativo dos debates e ações políticas, à medida que o processo de transição avançava. A cidade ia se constituindo numa efetiva capital federal, ao abrir seu espaço para novas forças institucionais e também por alargar-se, repercutindo em diferentes pontos das instituições e territórios do país. Se, anteriormente, a nova capital ampliou e facilitou os fluxos políticos baseados nos interesses dos governantes, a partir do momento em que a democracia se consolida no país, a cidade passará a receber novos sujeitos históricos que passam a atuar no território urbano das ruas e praças de Brasília. Centro de chegada de caravanas, local de manifestações das mais diferentes ordens e até zona de expressão

de repúdios individuais, a cidade adequa-se aos novos tempos e, agora, facilita também a expressão política que se origina nos movimentos sociais. E, assim, ela continua guardando as tensões agônicas que se produzem e reproduzem ao se considerarem os jogos de forças e interesses que se originam no interior dos gabinetes e aqueles que se manifestam nas ruas.

Em 1984, com a “Campanha pelas Diretas Já”, Brasília alcança um novo patamar de uso do espaço público urbano, pelas manifestações populares que acontecem em todas as grandes cidades e, de forma significativa, na capital federal. Essa dinâmica de ocupação do espaço público amplia-se a partir da autonomia política formal que a cidade obtém pelo Artigo 18 da Constituição Federal de 1988, que dá o direito à população para a escolha direta de seus representantes. Brasília, a capital federal, iniciou então um movimento de aproximação com o restante do país. Com a transição política, nos anos 70 e a instauração plena da democracia, a partir dos anos 80, Brasília abre-se para a política nacional e torna-se uma referência para se medir a consciência cívica do país. Seu território torna-se um espaço aberto para as mais diferentes manifestações da sociedade brasileira, mobilizada por diferentes idéias, projetos e agentes políticos.

Vera Chaia

Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e do Departamento de Política da Faculdade de Ciências Sociais e Coordenadora e Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política – Neamp, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora do CNPq (São Paulo, Brasil).
vmchaia@pucsp.br

Miguel Chaia

Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e do Departamento de Política da Faculdade de Ciências Sociais e Coordenador e Pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política – Neamp, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, Brasil).
mwchaia@pucsp.br

Nota

- (1) Tal medida no governo Getúlio Vargas permitiu que Juscelino acelerasse a mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília

Referências

- BANDEIRA, M. (1977). *O governo João Goulart – as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BENEVIDES, M. V. (1976). *O governo de Kubitschek – desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (2002). “O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento”. In: Vários Autores. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- BOBBIO, N. (1986). “Política”. In: BOBBIO, N. et alii. *Dicionário de política*. Brasília, Editora da UnB.
- BOMENY, H. (2002). “Utopias de cidades: as capitais do modernismo”. In: Vários Autores. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- CARDOSO, F. H. (1975). *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CHAIA, V. (1991). *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Ibitinga, Humanidades.
- COUTO, R. C. (2001). *Metrópoles: Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record.

- HIPPOLITO, L. (1985). *PSD – de raposas e reformistas*. São Paulo, Paz e Terra.
- HOLANDA, S. B. (1981). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- KINZO, M. D. G. (1980). “Novos partidos: o início do debate”. In: LAMOUNIER, B. (org.). *Voto de desconfiança – eleições e mudança política no Brasil –1970-1979*. Rio de Janeiro, Vozes.
- LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. (1986). *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo, Brasiliense.
- LINZ, J. (1973). “The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brasil”. In: STEPAN, A. (ed.). *Authoritarian Brazil*, New Haven/ Londres, Yale University Press.
- MAQUIAVEL, N. (1979). *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- MARTINS, C. E. e CRUZ, S. V. (1983). “De Castello a Figueiredo: uma Incursão na Pré-História da “Abertura”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. (orgs.). *Sociedade e política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense.
- O’DONNELL, G. (1988). “Transições, continuidades e alguns paradoxos; hiatos, instituições e perspectivas democráticas”. In: REIS, F. W. e O’DONNELL, G. (org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice.
- _____ (1991). Democracia delegativa?. *Novos Estudos Cebrap*, n. 31.
- REIS FILHO, D. A. e SÁ, J. F. de (org.). (1985). *Imagens da Revolução – documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SANTOS, W. G. dos (1978). *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Livraria Duas Cidades.
- _____ (1978). *Poder e política - crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- SCHWARTZMAN, S. (1982). *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus.
- SOUZA, E. M. de (2002). “JK reinventa o moderno”. In: MIRANDA, W. M. (org.). *Anos JK – Margens da modernidade*. São Paulo, Imprensa Oficial.
- STEPAN, A. (1986). *Os militares: da abertura à Nova República*. São Paulo, Paz e Terra.
- _____ (1988). “As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha”. In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.
- VÁRIOS AUTORES (2003). *Brasil: da antropofagia a Brasília, 1920-1950*. São Paulo, Cosac & Naif.
- WEFFORT, F. C. (1984). *Por que democracia?*. São Paulo, Brasiliense.

Recebido em mar/2008
Aprovado em jun/2008